



## **A Igualdade de Direitos e Oportunidades e o Dia Internacional da Mulher**

A igualdade, em todas as suas dimensões, consta da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, proclamada em 1948, e redigida por uma comissão composta por homens e liderada por uma mulher, Eleanor Roosevelt. Muitos atribuem-lhe o facto de este direito constar de forma tão relevante.

A igualdade, em todas as suas dimensões, consta da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, proclamada em 1948, e redigida por uma comissão composta por homens e liderada por uma mulher, Eleanor Roosevelt. Muitos atribuem-lhe o facto de este direito constar de forma tão relevante.

Mas a igualdade de oportunidades ainda não é uma realidade quando nos referimos a pessoas de géneros diferentes. Mudar séculos de vivências de uma sociedade patriarcal onde homens e mulheres assumiam papéis distintos, sendo o homem figura de autoridade e sustento e a mulher responsável pelos serviços domésticos e educação, não é de todo simples. A revolução industrial, no século XVIII, introduz a mulher no mercado laboral de forma massiva devido à necessidade de mão de obra, sempre em condições precárias e com salários mais baixos que o dos homens. É para dar resposta ao desenvolvimento e crescimento económico suscitado que começa a emergir o questionamento sobre a sua posição na sociedade. E é nas duas grandes guerras que esta necessidade se acentua, quando o lugar dos homens nas indústrias era substituído pelas mulheres. Esta mudança de paradigma não é acompanhada pela igualdade e equilíbrio, tendo sido a mulher desvalorizada durante anos, o que levou a uma luta persistente pela igualdade de direitos e oportunidades que teve início no final do século XIX, início do século XX.

Em Portugal, em 1911, a lei do voto não era clara sobre o género, o que permitiu que uma mulher conseguisse exercer este direito, mas em 1913 a lei é alterada e tal passa a ser interdito. Foi a lei de 1968 que pôs fim a esta discriminação e garantiu o direito de voto às mulheres. Mas foi o 25 de Abril de 1974 a marcar a garantia de equidade entre os géneros, sendo que em 1976 é inscrito na constituição portuguesa o princípio de igualdade entre homens e mulheres.

Em 2024 a Europa divulgou o relatório sobre a igualdade de género, mencionando medidas e estratégias delineadas para promover a igualdade salarial, o reconhecimento do mérito e todos os outros desafios relacionados com o mercado de trabalho, como a representatividade ou a sua participação em posições de decisão, sendo

que a violência física e psicológica contra mulheres continua uma realidade. Continua a ser fundamental a adoção de leis que motivem as mudanças na sociedade, com características transitórias, até que o equilíbrio efetivo seja alcançado na Europa.

Os grandes avanços e mudanças já sentidos são determinantes para a situação que vivemos atualmente, muito pela ação das leis de discriminação positiva que preveem, por exemplo, a paridade nas listas e promovem a participação das mulheres, tabelas salariais comuns e igualdade de oportunidades na progressão nas carreiras, leis de proteção contra a violência, etc.

Mas é um facto que as diferenças se mantêm, as mulheres continuam a assumir as funções de cuidadoras e educadoras, algo que se sente até mesmo na procura de cursos do ensino superior: as mulheres prevalecem nas áreas da saúde e educação, assim como os homens prevalecem em cursos com o estereótipo de “masculinos”, como as engenharias ou o desporto.

É neste que contexto que o Dia Internacional da Mulher se assume como um momento fundamental na evolução do seu papel na sociedade. Este dia foi reconhecido pelas Nações Unidas em 1977 e consiste num dia em que as mulheres são reconhecidas pelas suas conquistas independentemente das diferenças, sejam elas nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, económicas ou políticas. Penso que é nisto que nos devemos centrar neste dia, em debater o que foi conquistado e tudo aquilo que ainda falta conquistar. Embora os discursos politicamente corretos passem sempre por afirmar que a igualdade não é uma questão, que já a conquistamos, principalmente em países desenvolvidos, mais ainda em países europeus, esta não é uma realidade.

No Dia Internacional da Mulher, importa refletir sobre a razão de ter sido necessário assinalar uma data com este desígnio. As Nações Unidas criaram os dias internacionais como ferramentas poderosas de defesa, conscientização e ação. A maioria foi estabelecida por resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, embora algumas tenham sido designadas por agências especializadas da ONU. Anualmente é atribuído um tem específico: em 2024 é “In-



vestir nas mulheres: acelerar o progresso”, em 2023 era “DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Género”, em 2022 “Igualdade de Género Hoje para a Sustentabilidade do Amanhã” e assim sucessivamente, no sentido de se analisar e definirem ações para a igualdade em vários domínios.

Mas, a plateia das várias cerimónias e eventos dedicados à comemoração deste dia continua a ser de mulheres, e acabam como momentos de “mulheres a falarem para mulheres”. Em parte, isto acontece porque talvez não exista uma total consciência sobre o significado deste dia. Não se atinge a igualdade entre géneros sem a participação de homens e mulheres, já que o reconhecimento da importância da equidade resulta de mudanças comportamentais de todos. E esta mudança começa em casa, na educação, no exemplo e nas palavras.

Já na década de 40, Eleanor Roosevelt afirmava:

“Where, after all, do universal human rights begin? In small places, close to home – so close and so small that they cannot be seen on any maps of the world. Yet they are the world of the individual person; the neighbourhood he lives in; the school or college he attends; the factory, farm or office where he works. Such are

the places where every man, woman and child seek equal justice, equal opportunity, equal dignity without discrimination. Unless these rights have meaning there, they have little meaning anywhere. Without concerned citizen action to uphold them close to home, we shall look in vain for progress in the larger world.”

Acresce a isso que a progressão na carreira ou assumir cargos de decisão só é possível com a conciliação com a vida familiar. Por isso, repensar a organização familiar acaba por ser a base para que as mulheres tenham espaço para evoluir na profissão. Tal não significa que o façam, até porque o papel de educadora e cuidadora continua muito enraizado na sociedade. O que se pretende é puramente a oportunidade para que tal aconteça, em igualdade de direitos com todas as pessoas.

Homens e mulheres são diferentes! A igualdade reivindicada é simplesmente sobre direitos e oportunidades. A forma como homens e mulheres lideram é diferente, mas é esta complementaridade que poderá enriquecer o nosso futuro.

Ana Teresa Vaz Ferreira  
PhD  
Vice-Presidente do IPCB  
vaz.ferreira@ipcb.pt